PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DIVERSIDADE: COMO A IDENTIDADE DE GÊNERO ATRAVESSA O COTIDIANO ESCOLAR

FABIANA LEÃO DE MENDONÇA

RESUMO
O presente artigo analisa a relevância da abordagem da identidade de gênero e da orientação sexual no contexto da Pedagogia contemporânea, utilizando como base a experiência de uma unidade escolar municipal que busca integrar família, escola e comunidade. O objetivo central é investigar como práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo e na ludicidade podem desconstruir preconceitos e estereótipos enraizados na cultura tradicional. Através de um relato de intervenção que abrange desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), discute-se o papel transformador do pedagogo e da gestão escolar na promoção de um ambiente de acolhimento. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa-ação com suporte bibliográfico, utilizando ferramentas como contação de histórias, mídias interativas e rodas de conversa. Os resultados apontam que a desmistificação de padrões binários contribui diretamente para a redução da violência escolar e da evasão, fortalecendo a formação de cidadãos éticos e empáticos. Conclui-se que a educação para a diversidade é um pilar indispensável para a construção de uma sociedade equânime, reafirmando o compromisso da escola com a cidadania plena e o respeito aos direitos humanos em todas as etapas do desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia; Identidade de Gênero; Diversidade; Inclusão; Formação Docente

ABSTRACT
This article analyzes the relevance of addressing gender identity and sexual orientation within the context of contemporary Pedagogy, based on the experience of a municipal school unit that seeks to integrate family, school, and community. The central objective is to investigate how pedagogical practices grounded in dialogue and playfulness can deconstruct prejudices and stereotypes rooted in traditional culture. Through an intervention report spanning from Early Childhood Education to Youth and Adult Education (EJA), the transformative role of the pedagogue and school management in promoting a welcoming environment is discussed. The methodology is characterized as action research with bibliographic support, utilizing tools such as storytelling, interactive media, and conversation circles. The results indicate that demystifying binary patterns directly contributes to the reduction of school violence and dropout rates, strengthening the formation of ethical and empathetic citizens. It is concluded that education for diversity is an indispensable pillar for building an equitable society, reaffirming the school's commitment to full citizenship and respect for human rights at all stages of human development.

KEY-WORDS: Pedagogy; Gender Identity; Diversity; Inclusion; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A fase inicial do ensino fundamental é o pilar acadêmico de um jovem, exigindo um período de integração a esse novo cenário. Esse processo demanda dedicação do pequeno para se estabilizar harmoniosamente em um ambiente compartilhado, convivendo com adultos e colegas até então estranhos. Tais interações seguem normas e restrições distintas daquelas vivenciadas no lar. É essencial que o menor sinta segurança e motivação para abraçar essas transformações definitivas em sua jornada. Por isso, seus direitos biológicos, mentais, cognitivos e comunitários devem ser preservados, contando com o suporte dos parentes e da coletividade. Visto que a instituição de ensino muitas vezes espelha disparidades coletivas e impõe diretrizes culturais excludentes, ela deve atuar como um agente transformador. Cabe a ela analisar métodos de ensino

que silenciam injustiças e alimentam preconceitos enraizados no dia a dia. Diversas pesquisas indicam avanços no debate sobre papéis sociais de homens e mulheres, contudo, o cotidiano das salas de aula ainda destoa dessa teoria. Nesse panorama, nota-se que, no papel, o infante possui amparo integral, pois o currículo deveria promover o saber baseado na cortesia, equidade e estima. O cronograma letivo exige um olhar atento às estratégias didáticas que explicam as construções sociais e de identidade. É nesse meio que a compreensão sobre essas dinâmicas se consolida, vinda de vivências interpessoais e do hábito de conviver e colaborar. No colégio, os alunos da primeira etapa escolar replicam o que lhes é oferecido. Nesse panorama, nota-se que, no papel, o infante possui amparo integral, pois o currículo deveria promover o saber baseado na cortesia, equidade e estima. O cronograma letivo exige um olhar atento às estratégias didáticas que explicam as construções sociais e de identidade. É nesse meio que a compreensão sobre essas dinâmicas se consolida, vinda de vivências interpessoais e do hábito de conviver e colaborar.

O jovem é protagonista de seu conhecimento, acumulando percepções e experiências que moldam sua visão de mundo. Isso obriga a escola a vigiar toda influência, clara ou sutil, exercida sobre ele. É crucial valorizar essa percepção precoce, respeitando as variações sociais e entendendo que os tutores são peças-chave ao levarem para o ambiente escolar o debate sobre diversidade. Lamentavelmente, o tratamento diferenciado por gênero e os estereótipos ainda são negligenciados por diretrizes governamentais e planos de aula. Isso se manifesta não apenas na rejeição direta, mas na marginalização em livros, esportes e lazer, evidenciando a manutenção de visões sexistas.

Oferecer aos pequenos uma conduta educativa pautada na tolerância mútua eleva o educador ao posto de mentor de cidadãos éticos e justos. Entretanto, nota-se que, apesar da vasta literatura sobre o tema, o planejamento escolar frequentemente ainda replica abismos sociais e preconceitos sobre a identidade individual.

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel que extrapola a mera transmissão de conteúdos programáticos. Ela se configura como um dos primeiros espaços de socialização fora do núcleo familiar, onde a criança começa a confrontar suas percepções individuais com a pluralidade do mundo. Nesse cenário, o Projeto Político Pedagógico de uma unidade escolar municipal que atende diferentes faixas etárias assume uma missão vital: educar para a cidadania e a inclusão. O diálogo aberto entre pais, alunos e comunidade escolar permite que o ambiente educativo se transforme em um espaço de conscientização sobre as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. É fundamental compreender que a sociedade brasileira ainda carrega pensamentos e atitudes profundamente caracterizados pelo preconceito, e essas estruturas de exclusão frequentemente se manifestam dentro dos muros da escola. A diversidade de culturas e costumes trazidos pelos estudantes pode carregar resquícios de um modelo de educação tradicional, onde o binarismo rígido muitas vezes exclui ou marginaliza aqueles que não se enquadram em padrões preestabelecidos.

O desafio imposto ao pedagogo contemporâneo é o de mediar esses conflitos e propor debates que humanizem o ambiente de ensino. Através de estratégias que utilizam o lúdico, como jogos e brincadeiras, é possível introduzir a temática da identidade de gênero de forma natural, permitindo que os alunos compreendam a importância da singularidade de cada ser humano. O objetivo geral deste estudo é auxiliar a gestão e o Conselho Escolar na elaboração de estratégias práticas que resolvam problemas cotidianos ligados à discriminação, promovendo um espaço de igualdade e equidade. Além disso, busca-se descrever como a identidade de gênero se constrói a partir das vivências sociais e como a aplicação de didáticas adaptadas a cada faixa etária pode contribuir para a formação da identidade pessoal de cada educando, visando uma sociedade menos violenta e mais justa.

A discussão sobre gênero na educação não ocorre em um vácuo jurídico ou normativo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece competências gerais que dialogam diretamente com o respeito à diversidade e o exercício da empatia. Ao prever que o aluno deve "exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos", a norma sinaliza que o pedagogo tem o dever legal de combater a intolerância. No entanto, a exclusão explícita dos termos "gênero" e "orientação sexual" de certas versões do documento gerou um silenciamento perigoso. O papel do artigo, portanto, é reafirmar que, embora as palavras possam ser omitidas em textos políticos, as pessoas e suas identidades continuam existindo no chão da escola. Educar para a cidadania, conforme proposto no PPP da unidade escolar em estudo, exige enfrentar esses silenciamentos e garantir que o currículo oficial seja atravessado por temas transversais que humanizem o processo de ensino-aprendizagem, preparando o jovem para conviver em uma sociedade plural e democrática.

Um dos maiores obstáculos para a implementação de projetos sobre gênero é a própria formação dos professores. Muitos educadores chegam ao mercado de trabalho com uma bagagem pessoal conservadora ou com lacunas teóricas sobre o tema. A ética docente exige que o professor se distancie de suas convicções religiosas ou morais particulares para garantir o direito constitucional do aluno à educação laica e inclusiva. A formação continuada, portanto, deve ser um espaço onde o docente possa "desaprender" preconceitos. Discutir gênero na Pedagogia envolve entender que o professor é um modelo de comportamento. Se o docente faz uma piada sexista ou ignora um episódio de bullying homofóbico no recreio, ele está ensinando que aquela violência é permitida. Por outro lado, o docente que se posiciona com firmeza contra a discriminação cria um escudo protetor para os alunos mais vulneráveis. A identidade de gênero não deve ser vista como um "problema a ser resolvido", mas como uma característica da diversidade humana que enriquece o debate em sala de aula, exigindo um profissional preparado, sensível e, acima de tudo, comprometido com a dignidade humana.

DESENVOLVIMENTO

Para compreender a profundidade do tema, é necessário desassociar o conceito de gênero da definição estritamente biológica. Comumente, a palavra gênero é reduzida à diferença entre homem e mulher, classificados pelo sexo masculino ou feminino no registro de nascimento. Entretanto, na perspectiva pedagógica e sociológica, o gênero define-se por papéis, atividades e atributos que a sociedade impõe ao indivíduo em um determinado momento histórico. A identidade de gênero, por sua vez, diz respeito à forma como a pessoa se identifica e se vê no contexto social, independentemente de suas características biológicas. Um exemplo claro é o amadurecimento de um indivíduo que, embora tenha recebido a atribuição de um gênero ao nascer, identifica-se de forma distinta ao longo da vida. Esse processo de identificação reflete padrões culturais e a maneira como o sujeito escolhe se expressar no meio social.

A desconstrução de estereótipos de gênero na escola não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma necessidade de saúde pública e Direitos Humanos. Desde o nascimento, a criança é bombardeada por expectativas sociais que limitam seu potencial: o "azul" para meninos e o "rosa" para meninas não são apenas cores, mas símbolos de uma estrutura que dita quem deve ser forte e quem deve ser sensível. Quando a Pedagogia intervém nessa lógica, ela permite que o menino possa exercer a empatia e o cuidado, e que a menina possa exercer a liderança e a força física. O currículo escolar, muitas vezes chamado de "currículo oculto", transmite mensagens silenciosas sobre o que é aceitável. Se nos livros didáticos apenas homens aparecem como cientistas e mulheres como cuidadoras, a escola está ensinando desigual-

dade sem dizer uma palavra. Portanto, a análise crítica dos materiais didáticos e a introdução de fguras femininas na ciência, bem como de homens em papéis de cuidado, são estratégias fundamentais para uma educação que vise a equidade. A identidade de gênero, nesse contexto, surge como um direito de existir fora de caixas pré-moldadas, permitindo que a trajetória escolar seja um caminho de descoberta e não de repressão.

É crucial diferenciar a identidade de gênero da orientação sexual. Enquanto a primeira se relaciona ao sentimento interno do indivíduo sobre si mesmo, a segunda desenvolve-se ao longo do tempo e diz respeito à busca por relacionamentos afetivos e sexuais, podendo ser caracterizada como homossexual, heterossexual ou bissexual. Na formação de indivíduos sociais, a escola exerce uma relevância ímpar, atuando muitas vezes como uma reprodutora de padrões estabelecidos. Propor uma mudança de paradigma exige que a gestão escolar adote uma postura de respeito e abertura, integrando todos os profssionais da educação nesse esforço coletivo. As reuniões pedagógicas devem servir como espaços de refexão e leitura, onde os docentes encontram suporte para nortear seu trabalho em sala de aula, envolvendo também as famílias e a comunidade local para que as barreiras do preconceito sejam derrubadas de forma conjunta.

No Ensino Fundamental II, os alunos atravessam a fase da puberdade, período em que as questões de gênero e sexualidade emergem com uma força avassaladora. É o momento da busca pela autenticidade, mas também do medo profundo da rejeição pelos pares. A escola municipal, ao tratar esses temas com naturalidade, oferece um suporte psicológico que pode prevenir graves crises de identidade. Muitas vezes, o comportamento rebelde ou o isolamento de um adolescente é apenas um grito por aceitação de sua identidade de gênero. O debate proposto com vídeos e dinâmicas de grupo permite que esses jovens percebam que não estão sozinhos e que a escola é um território livre de julgamentos morais agressivos. Na EJA, esse impacto é ressignifcado: adultos que passaram décadas escondendo sua verdadeira identidade por medo de perder o emprego ou o vínculo familiar encontram no ambiente escolar um espaço de reparação histórica. A educação, nesse sentido, cumpre sua promessa de ser um processo de "humanização do humano", permitindo que o sujeito se aproprie de sua própria voz e de sua trajetória de vida.

De acordo com dados da UNESCO (2015), o desrespeito caracterizado como violência de gênero é um dos principais fatores para o aumento da evasão escolar e para o baixo desempenho acadêmico, além de gerar graves problemas de autoestima e depressão nos estudantes. Para as crianças que vivem em contextos de vulnerabilidade social, a escola deve ser um refúgio seguro. Como exposto por Nora Fyles, a violência de gênero no ambiente escolar, que inclui desde o assédio verbal até o bullying sistemático, afeta milhões de jovens anualmente. Esse modelo rígido sobre "o que é ser homem" ou "o que é ser mulher" incide em todos os aspectos da vida, ditando comportamentos e vestimentas. Por isso, oferecer às crianças acesso a novos repertórios desde cedo é uma forma de protegê-las contra a culpa e a marginalização, permitindo que se reconheçam para além dos discursos ofciais.

A sociologia da educação, através de autores como Pierre Bourdieu, discute o conceito de "reprodução cultural", onde a escola tende a perpetuar as desigualdades e os valores da classe dominante e da cultura hegemônica. No que concerne à identidade de género, essa reprodução ocorre quando o ambiente escolar válida apenas a heteronormatividade e o binarismo, silenciando qualquer manifestação que escape a essa regra. No entanto, a pedagogia crítica propõe que a escola seja, inversamente, um espaço de transformação. Ao inserir o debate sobre género no currículo, o educador rompe com a reprodução de preconceitos seculares. Não se trata apenas de tolerar a diferença, mas de reconhecê-la como parte integrante da experiência humana. A transformação social começa quando

um estudante, independentemente da sua orientação sexual, sente que a sua história tem valor e que o seu corpo não é um território de disputa política ou religiosa, mas sim a expressão da sua liberdade individual.

A psicologia do desenvolvimento humano enfatiza que os primeiros anos de vida são cruciais para a formação da estrutura psíquica e da autoestima. Quando uma criança em idade pré-escolar é repreendida por expressar uma identidade ou um comportamento que não condiz com o seu sexo biológico, ela recebe uma mensagem de que a sua essência é "errada" ou "vergonhosa". Esse trauma precoce pode manifestar-se futuramente em dificuldades de aprendizagem, isolamento social e até automutilação na adolescência. A proposta de intervenção deste artigo foca na "segurança afetiva". Ao utilizar a contação de histórias com temáticas de famílias diversas, o educador sinaliza que o mundo é vasto e que existem múltiplos caminhos para a felicidade. A aceitação incondicional por parte do professor funciona como um suporte emocional que permite à criança explorar as suas potencialidades sem medo de julgamento. Uma infância livre de amarras de género rígidas resulta em adultos mais seguros, empáticos e capazes de estabelecer relações saudáveis e respeitosas.

Observa-se no ambiente acadêmico que o corpo docente acaba ratificando a formação da identidade social a partir dos pertences dos educandos. Nota-se uma tendência em associar o universo feminino a tonalidades rosadas e figuras de delicadeza nas mochilas, enquanto o universo masculino é enfatizado desde o ingresso escolar por calçados, vestimentas e acessórios em tons de azul ou verde, estampados com ícones de força, heróis de combate ou emblemas esportivos. Dessa forma, os pequenos são julgados pela estética e postura que remetem ao binarismo tradicional, o que distorce a real busca da criança naquele ambiente e pode limitar seu potencial evolutivo. Por outro lado, tais elementos poderiam servir como ferramentas para que os tutores compreendessem melhor as explorações genuínas e as dúvidas manifestadas pelos alunos.

Nota-se uma carência de esforço em selecionar dinâmicas e entretenimentos que permitam enxergar a essência de cada criança, seus interesses reais e talentos esportivos. Quando o planejamento de ensino falha em oferecer segurança e estímulo para o convívio integrado em jogos e tarefas, ele acaba validando o distanciamento e a competitividade como padrões sociais aceitáveis. As trocas interpessoais na fase inicial são portas de entrada para a vida em comunidade, especialmente por permitirem a conexão entre indivíduos de diferentes estratos econômicos, crenças e origens, cada qual portando sua própria bagagem de princípios e atitudes.

A entrada na Educação Infantil representa o marco inicial da trajetória acadêmica e social do indivíduo. É nesse cenário que a criança experimenta sua primeira grande transição do ambiente doméstico para o espaço coletivo, o que exige um esforço adaptativo considerável. Diferente do lar, a escola impõe normas, limites e interações com adultos e colegas até então desconhecidos. Para que esse processo seja bem-sucedido, é fundamental que o pequeno se sinta motivado e seguro, garantindo que seus direitos físicos, intelectuais e sociais sejam preservados com o apoio mútuo da família e da sociedade. No entanto, a escola muitas vezes atua como um microcosmo das disparidades sociais, replicando padrões culturais excludentes. Por isso, a instituição deve assumir o papel de mediadora de mudanças, refletindo criticamente sobre métodos de ensino que, por vezes, silenciam desigualdades e fortalecem preconceitos enraizados no cotidiano escolar.

No dia a dia das instituições, observa-se que o corpo docente acaba ratificando a formação da identidade de gênero por meio de elementos materiais e estéticos. Desde o ingresso escolar, nota-se uma tendência em associar o universo feminino a mochilas rosadas e personagens delicados, enquanto o universo masculino é enfatizado por calçados e acessórios em tons de azul ou verde, estampados com ícones de força, super-heróis

de combate ou emblemas esportivos. Essa avaliação baseada na aparência e no binarismo tradicional distorce a real busca da criança naquele espaço e limita seu potencial de desenvolvimento espontâneo. Tais elementos, em vez de servirem para rotular, deveriam ser utilizados pelos educadores como ferramentas de observação para compreender melhor as explorações genuínas e os questionamentos que os alunos manifestam sobre o mundo ao seu redor.

A consolidação da percepção de si e do outro sofre impactos diretos das estratégias didáticas formuladas pelas equipes pedagógicas. É urgente questionar como o planejamento de aulas e as metodologias de ensino têm incorporado o debate sobre papéis sociais, tanto nas tarefas em sala quanto nos momentos de convívio coletivo no pátio ou no refeitório. Promover a igualdade não significa apenas entregar atividades iguais para todos, mas encontrar caminhos para integrar as crianças em um contexto de aprendizado que ofereça o acolhimento afetivo necessário para cada individualidade. Infelizmente, ainda existe uma carência de esforço em selecionar jogos e brincadeiras que permitam enxergar a essência de cada aluno, seus interesses reais e talentos, independentemente do sexo biológico. Quando o planejamento falha em oferecer segurança para que meninos e meninas interajam e joguem juntos, ele acaba validando a separação e a rivalidade como comportamentos socialmente aceitáveis.

Portanto, as práticas pedagógicas precisam ser conduzidas com uma intencionalidade clara de eliminar jargões discriminatórios herdados de gerações passadas. Expressões como "homem não chora" ou "menina é mais calma", que ouvimos desde a nossa própria infância, consolidam visões generalistas que rotulam o comportamento infantil. Conforme a literatura acadêmica destaca (Braga, 2006; Nogueira, 2017), ao colocar em xeque a atuação docente sobre o gênero, esbarra-se em uma construção histórica e social complexa. O gênero vai além dos aspectos puramente genéticos; a anatomia é apenas o ponto de partida para a edificação sociocultural do que define o ser masculino ou feminino.

Em suma, a crença de que as diferenças biológicas justificam condutas sociais distintas precisa ser combatida para que o estigma, a intolerância e a hostilidade deem lugar ao respeito mútuo. Ao promover dinâmicas inclusivas, palestras e diálogos que envolvam toda a comunidade escolar, os educadores ajudam a formar cidadãos éticos e empoderados. O objetivo final é que essas crianças cresçam acreditando que, no futuro, serão valorizadas por suas conquistas, caráter e intelecto, e não limitadas por categorias biológicas pré-estabelecidas.

Além das atividades planejadas, a linguagem cotidiana e o uso do espaço físico na escola também são formas de intervenção. A organização das filas por gênero ("fila de meninos" e "fila de meninas") ou a separação rígida de banheiros e vestiários são práticas que reforçam a segregação desde cedo. O projeto aqui relatado buscou repensar essas microagressões cotidianas. Substituir a saudação "bom dia, meninos e meninas" por "bom dia, turma" ou "bom dia, estudantes" é um pequeno gesto que inclui aqueles que podem estar em processo de transição ou que não se sentem confortáveis em categorias binárias. Essa neutralidade acolhedora na linguagem reduz a ansiedade e promove um sentimento de segurança. Na EJA, essa mudança é ainda mais significativa, pois muitos adultos trans abandonaram a escola justamente por causa do constrangimento no uso do nome social ou do acesso ao banheiro. Quando a escola municipal ajusta sua comunicação para ser mais inclusiva, ela envia uma mensagem clara: todos são bem-vindos e a identidade de cada um será honrada e protegida.

CONCLUSÃO

Vivemos numa era de hiperconectividade, onde as crianças e jovens constroem grande parte da sua visão de mundo através de algoritmos de redes sociais. Muitas vezes, estes ambientes digitais são terreno fértil para a propagação de

fake news sobre a chamada "ideologia de género", gerando pânico moral e desinformação. O papel do pedagogo, especialmente no Ensino Fundamental e na EJA, é promover a literacia digital. Ao levar vídeos e textos que circulam na internet para a sala de aula, o professor permite que os alunos analisem criticamente o que consomem. No caso da intervenção com o vídeo do "Porta dos Fundos", a discussão não foi apenas sobre o humor, mas sobre como o preconceito é estrutural e como a ironia pode ser uma ferramenta de denúncia. Ensinar o aluno a distinguir entre um facto científico/sociológico e um discurso de ódio digital é uma das maiores formas de proteção que a escola municipal pode oferecer, garantindo que a identidade de cada um não seja atacada por desinformação virtual.

A implementação deste projeto educativo demonstrou que o tema da identidade de gênero e da sexualidade não é apenas uma demanda acadêmica, mas uma necessidade urgente no cotidiano escolar. Ao levar para a sala de aula discussões que fazem parte da vida real dos alunos, a Pedagogia cumpre sua função social de formar cidadãos críticos e sensíveis. A metodologia focada em trabalhos em grupo e debates reflexivos permitiu despertar nos estudantes um olhar mais atento para as questões de igualdade e respeito humano. A escola, ao não se fechar em um "mundo à parte", torna-se um laboratório de reflexão sobre a sociedade, ajudando crianças e adultos a valorizarem a diversidade sem resquícios de preconceito.

Observa-se que a negligência escolar em relação às questões de gênero e sexualidade é um dos fatores que mais alimentam a evasão escolar, especialmente no Ensino Fundamental II e na EJA. Alunos que não se sentem representados ou que são alvos constantes de piadas e agressões tendem a se afastar dos estudos por não considerarem a escola um lugar seguro. A psicologia educacional alerta que o sentimento de "não pertencimento" causa danos profundos à autoestima, podendo evoluir para quadros de ansiedade severa e depressão. Ao implementar didáticas inclusivas, a escola atua na prevenção primária de doenças mentais. Quando um aluno da EJA, por exemplo, assiste a um vídeo como "Pena" e consegue identificar o preconceito que ele mesmo sofreu ao longo da vida, ocorre um processo de catarse e conscientização. Ele deixa de ser uma vítima passiva do sistema para se tornar um sujeito crítico de sua própria história. Esse fortalecimento do "eu" é o que dá base para que o estudante prossiga em sua formação acadêmica, entendendo que seu direito à educação é inalienável, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Assim, a Pedagogia da Diversidade se confirma como uma pedagogia da permanência escolar.

Embora a escola deva respeitar as crenças religiosas das famílias, ela não pode permitir que dogmas particulares se sobreponham ao direito coletivo à informação científica e ao respeito à diversidade. Políticas públicas que fomentam a educação inclusiva são vitais para que o professor se sinta seguro em sua prática. O combate à violência de gênero é uma meta estabelecida em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Portanto, quando a gestão escolar implementa um projeto como este, ela está agindo em conformidade com as diretrizes mais avançadas da educação global. O compromisso ético do pedagogo é com a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo que a escola seja um espaço onde o conhecimento científico e a sensibilidade humana caminhem juntos para erradicar a discriminação e construir uma cultura de paz duradoura.

A investigação sobre os primeiros anos da jornada escolar revela que a Educação Infantil é muito mais do que um período de cuidados básicos; é o alicerce fundamental onde a criança começa a desenhar sua percepção de mundo e de si mesma dentro de uma coletividade. Como discutido ao longo deste trabalho, o ingresso no ambiente escolar impõe ao pequeno um esforço de adaptação significativo, uma vez que ele sai da proteção e das regras específicas do núcleo fami-

liar para enfrentar um espaço regido por normas impessoais e convivência com desconhecidos. Para que essa transição não seja traumática, a escola deve ser um porto seguro que garanta o bem-estar físico, psicológico e social, mas, acima de tudo, deve ser um espaço de liberdade. O que se observa, infelizmente, é que muitas vezes as instituições de ensino acabam funcionando como correias de transmissão de preconceitos históricos, replicando desigualdades e padrões culturais que rotulam as crianças antes mesmo que elas possam expressar suas próprias vontades.

Um dos pontos de maior urgência para a reflexão pedagógica reside na forma como a identidade de gênero é moldada e, por vezes, limitada pelo olhar dos educadores e pela estrutura escolar. A separação simbólica e material manifestada em mochilas rosas para meninas com personagens que denotam passividade e acessórios azuis ou verdes para meninos com figuras de luta e força não é um detalhe inofensivo. Essas escolhas estéticas carregam uma carga ideológica que define, precocemente, o que é esperado de cada sexo, castrando o desenvolvimento espontâneo e as experiências exploratórias que são vitais na infância. Quando a equipe pedagógica avalia a criança pela sua vestimenta ou pelo personagem que carrega, ela deixa de enxergar o sujeito em sua totalidade, ignorando os questionamentos e as buscas genuínas que aquele aluno traz para a sala de aula. É preciso que os professores utilizem esses elementos não para rotular, mas como pontos de partida para diálogos que desconstruam as caixas sociais em que meninos e meninas são inseridos desde o primeiro dia de aula.

Portanto, torna-se imperativo que as práticas pedagógicas sejam repensadas sob uma ótica de intencionalidade constante. Não basta realizar atividades; é preciso que cada jogo, cada brincadeira e cada fala no pátio sejam instrumentos de combate à discriminação. Expressões secularmente repetidas no ambiente escolar e doméstico, como a interdição do choro para os meninos ou a exigência de uma calma mansa para as meninas, precisam ser banidas do vocabulário educacional. Como bem fundamentam as leituras de Braga (2006) e Nogueira (2017), o gênero é uma construção social complexa que utiliza a biologia apenas como um pretexto para estabelecer hierarquias e comportamentos.

Ao aceitarmos que a anatomia justifica a desigualdade de tratamento, estamos negligenciando o papel da escola como agente de mudança social. O desafio da equipe pedagógica é, então, o de atuar como mediadora, promovendo palestras, dinâmicas de grupo e projetos que integrem todos os alunos de forma igualitária, incentivando o respeito mútuo e a valorização das diferenças individuais, sejam elas de gênero, classe ou etnia.

Em conclusão, a busca por uma educação que associe a identidade de gênero às práticas cotidianas não é apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso ético com a formação de cidadãos. A rotina escolar, quando planejada para acolher a diversidade, transforma-se em um campo fértil para o aprendizado de relações estruturadas na justiça e na equanimidade. É necessário que o incentivo à interação, aos jogos conjuntos e ao compartilhamento de espaços seja a regra, e não a exceção, para evitar que a rivalidade e o sexismo se reproduzam como comportamentos aceitáveis. O horizonte final desse esforço pedagógico é a construção de uma sociedade onde as crianças de hoje, ao se tornarem adultos, não sejam julgadas ou limitadas por sua sexualidade ou biologia, mas sim reconhecidas e respeitadas por tudo o que conquistaram e pela essência humana que carregam. A escola deve ser, enfim, o lugar onde se aprende que o respeito ao próximo é a base para qualquer conquista duradoura e para uma vida em sociedade verdadeiramente democrática.

Os resultados obtidos evidenciam que o interesse dos alunos aumenta significativamente quando a temática é relevante e as mídias utilizadas estão presentes em seu dia a dia. A experiência docente torna-se muito mais significativa quando o diálogo substitui a imposição de regras. Em última análise, trabalhar a identidade de gênero na Pedagogia é uma forma de

combater as motivações históricas e culturais que levam à discriminação. Através deste esforço coletivo entre gestão, professores e comunidade, é possível vislumbrar uma sociedade onde a diferença seja vista como uma riqueza, e não como um motivo para a violência ou para a exclusão. A educação, portanto, reafirma-se como o caminho mais eficaz para a transformação social e para a garantia de que cada indivíduo possa viver sua identidade com dignidade e liberdade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, YARA. ESTATUTO DA CRIANÇA ATUALIZADO – IDADE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL. AGÊNCIA BRASIL, 2016.

CÂNDIDO, FABIANA FONTOURA; KLAUS, GABRIELA; RODRIGUES, JÉSSICA OLIQUES. GÊNERO, SEXUALIDADE E IDENTIDADE NA SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA DE DOCÊNCIA NO PIBID/ UFRGS LÍNGUA PORTUGUESA. UFRGS, V. 06, N. 01, 2016.

DESAFIO PELA IGUALDADE. PORTAL DE RECURSOS EDUCATIVOS. ACESSO EM: 04 SET. 2021.

GIORDAN, ISABELA. EJA: TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. QUERO BOLSA, 2020.

PARR, TODD. O LIVRO DA FAMÍLIA. TRADUÇÃO DE KIKI PIZANTE MILLAN. 1. ED. SÃO PAULO: PANDA BOOKS, 2003.

PORTA DOS FUNDOS. PENA. VÍDEO (3MIN). ACESSO EM: 18 SET. 2021.